CONFLITOS ENTRE AS PRÁTICAS DA ALFABETIZAÇÃO E AS PRÁTICAS DE LETRAMENTO

MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA

RESUMO

Como alguns países adequaram seus processos de alfabetização ao período inicial de alfabetização e a falta de adequação no ensino brasileiro, que ainda mantém alguns formatos à moda antiga. Conflitos entre as práticas da alfabetização e as práticas de letramento têm gerado desentendimentos das finalidades de cada um, com sérios reflexos na aprendizagem. Outro problema a ser adicionado é a falta de interesse dos alunos pela leitura, preferindo o envolvimento com a tecnologia do celular e seus aplicativos e outros aparelhos eletrônicos. A falta de suporte na escolarização dos alunos, especialmente os do primeiro ciclo de alfabetização, que corresponde aos três primeiros anos do ensino fundamental, mais os problemas citados, contribuem para que boa parte dos alunos terminem o primeiro ciclo sem estarem alfabetizados. A pesar das similaridades entre os processos de alfabetização e letramento, sua interdependência está no uso da escrita e da leitura. O primeiro ensina como se apropriar do processo de ler e escrever e, o segundo ensina como se apropriar da leitura e da escrita para aperfeiçoamento das mesmas. Partido dessas funções individuais resta saber: como se aprimora algo que não se aprendeu?

Palavras chaves: Adequação; escolarização; alfabetização.

ABSTRACT

As some countries have adapted their processes of literacy to the initial period of literacy and lack of fitness in the Brazilian education, which still maintains some oldfashioned formats. Conflicts between the practices of literacy and literacy practices have generated disagreements of the purposes of each, with serious reflections on learning. Another problem to be added is the lack of interest of students for reading, preferring the involvement with mobile technology and its applications and other electronic devices. The lack of support in the education of the students, especially those from the first cycle of literacy, which corresponds to the first three years of elementary school, the more the problems cited, contribute to most of the students finish the first cycle without being literate. In spite of the similarities between the processes of literacy and literacy, your interdependence is the use of writing and reading. The first teaches you how to take ownership of the process of reading and writing and the second teaches you how to take ownership of the reading and writing to improve the same. Advantage of those individual functions remains to be seen: how to improve something you learned?

Keywords: Pedagogy; Literacy; Literacy.

INTRODUÇÃO

Na grade curricular de ensino foi incluído um novo processo de aprendizagem: o letramento. Palavra que recentemente passou a fazer parte do nosso vocabulário. Palavra que veio conflitar com as práticas da alfabetização, que é mais antiga, e que, pelo visto, só serviu para causar incertezas.

São nessas incertezas que este artigo está se baseando, como se segue no preâmbulo dos seus capítulos. Com a revolução Francesa, a escola se torna universal e gratuita e está sob controle do poder publico que, por meio de legislação centralizadora e unitária, visa massificar para uniformizar. O problema era encontrar um esquema de trabalho em que um simples mestre pudesse ensinar a muitas crianças de maneira rápida, eficaz, segura e econômica.

Para tanto, buscou-se recurso no estrangeiro, por meio de viagens realizadas com a finalidade de conhecer sistemas de outros países. A Alemanha dava o exemplo de abundancia de escolas primárias e do valor atribuído à qualificação profissional do educador; Holanda, de técnicas renovadoras, entre elas o uso do quadro de giz; mas parece ter sido da Inglaterra a contribuição fundamental.

Naquele País, no ano de 1803, desencadeou-se a primeira grande querela pedagógica entre partidários de André Bell e Joseph Lancaster. Um texto de 1798 narra o trabalho de Bell, inspirado numa experiencia cotidiana com crianças hindus, em Madras. Ele propunha o ensino monitorial, que delegava as crianças mais adiantadas no processo à tarefa de ensinar os companheiros, auxiliando o professor. O sistema proposto por Bell não teve repercussão imediata e caiu temporariamente no esquecimento.

EM 1803, Lancaster, retomando as ideias de Bell, expos uma experiencia na qual obteve muito sucesso, com a adoção de procedimentos análogos, se não idênticos

àqueles propostos por Bell que, reclamou a prioridade da descoberta. Gradativamente, também o ensino da escrita vai deixando de ser nocivo ao ensino da leitura, mudança fundamental para á história posterior da alfabetização.

A ideia de ensino simultâneo não era recente. Porém, de dois séculos para cá, essas duas práticas começaram, de fato, a serem vistas de modo associado. Essa associação não deveria ser vista como prática pedagógica para ensino simultâneo de alfabetização e letramento, muito embora existam semelhanças nas duas práticas.

Ao passo que a alfabetização consiste, por assim dizer, no ensino do alfabeto e na leitura do mesmo, devendo, teoricamente, ser aplicado aos alunos dos primeiros anos do ensino básico, o letramento se aplica ao que foi ensinado na alfabetização, permitindo aquele que domina a leitura e a escrita fazer uso de ambas com competência e com regularidade. Sendo assim, o ensino simultâneo se aplica à alfabetização (aprendizado de ler e escrever), não sendo, portanto, aplicável às duas práticas (alfabetização e letramento) já que o letramento pressupõe aplicar-se ao que se adquiriu na alfabetização. Esse entendimento permitirá aos profissionais da educação identificar os dois conceitos e perceber o significado de cada uma das práticas.

A FASE INICIAL DA ESCRITA E A AFABETIZAÇÃO

Parte das nações do mundo moderno conseguiu concretizar o projeto da alfabetização generalizada, superando os limites das sociedades de tradição oral. Outras, porem, parecem ter fracassado nos seus intentos; assim, a pobreza, a fome, a doença, a marginalização social vem se juntar ao analfabetismo de grande parte da população dessas nações. Fracasso escolar ou fracasso social? E a nova situação criada pela diversidade de usos da escrita sugere ainda outra questão: é preciso sonhar outro sonho?

Na antiguidade, os alunos alfabetizavam-se aprendendo a ler algo já escrito e depois copiado. Começavam com palavras e depois passavam para textos famosos, que eram estudados exaustivamente. Finalmente, passavam a escrever seus próprios textos. O trabalho desse processo era o segredo da alfabetização. (CAGLIARI 1998, p. 15).

Muito mais tarde o processo de alfabetização chegou ao Brasil, sendo iniciado pelos jesuítas, os quais ensinavam a ler e a escrever. Paiva (2003, p. 43) confirma que, "desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas estabeleceram escolas e iniciaram o processo de alfabetização constituído basicamente do ensinar a leitura, a escrita, a cantar e contar". Mas, no Brasil, a alfabetização não era muito diferente da forma adotada na antiguidade, e, infelizmente, no país ainda acontece de professores ensinarem de forma padronizada e mecânica, contribuindo para uma grande defasagem na formação de crianças que saem das séries inicias. Com base dos relatos de Ramos (1953, p. 102) pode-se confirmar a forma mecânica em que era e ainda, às vezes, é realizado o ensino desse processo de aquisição.

Escreveu ele:

Enfim consegui familiarizar-me com as letras quase todas. Aí me exibiram outras vinte e cinco, diferentes da primeira e com os mesmos nomes delas. Atordoamento, preguiça, desespero, vontade de acabar-me. Veio terceiro alfabeto, veio quarto, e a confusão se estabeleceu um horror de quiproquós. Quatro sinais com uma só denominação. Se me habituasse às maiúsculas, deixando as minúsculas para mais tarde, talvez não me embrutecesse. Jogaram-me simultaneamente maldades grandes e pequenas, impressas e manuscritas. (RAMOS 1953, p. 102).

Aqui no Brasil, no que tange às classes menos favorecidas, a educação sempre foi relegada ao último plano (como são os casos da saúde e da segurança públicas e demais questões de ordem social) em razão ao descaso das autoridades competentes, parecendo mais com um programa social pré-determinado, concebido com a intenção de barrar o desenvolvimento social, que é o pressuposto da educação. Um exemplo do conceito de alfabetização usado ao longo do tempo para determinar se o sujeito era alfabetizado ou não, foram os critérios usados nos recenseamentos passados para aquilatar, não o grau de conhecimento, e sim, se era analfabeto ou não. Para tanto, o método "criterioso" se restringia a uma pergunta: se o indivíduo sabia assinar o nome. Depois, o censo passou a fazer uma pergunta mais "elaborada": sabe ler e escrever um bilhete simples?

As duas perguntas tinham como base o propósito de distinguir aquele que só sabia escrever o nome daquele que sabia mais que isso.

Independente da distinção entre um e outro, o propósito fundamental era eleitoreiro. Em razão ao grande número de analfabetos existente, a proporção de eleitores em relação ao número de habitantes com direito ao voto era muito pequena. Para tentar aumentar a quantidade de eleitores, foi criado o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), visando os analfabetos com idade acima dos dezoito anos de idade, em que o in-

divíduo aprendia escrever e ler o nome e só.

Consonante com a proposta de letramento, as duas perguntas acima estavam longe de se enquadrar em seu conceito, muito menos em sua prática, porém já insinuava um movimento em sua direção.

O despertar para o fenômeno do letramento – palavra incorporada recentemente ao nosso vocabulário educacional – significa que só a alfabetização já não é mais suficiente, precisa ir além da codificação e decodificação dos vocábulos, se faz necessário complementá-lo, complemento esse que se dará por meio do letramento. O problema não está só no ensinar a ler e a escrever, está, também, e, sobretudo, em como complementar o que foi aprendido na alfabetização. É nesse sentido que o foco deve ser direcionado. O que fazer para incentivar os indivíduos alfabetizados, tanto crianças quanto adultos, mas, sobretudo as crianças, a fazerem uso da leitura e da escrita, para que valorizem e aprimorem o que aprenderam e, ao mesmo tempo, exercer e aprimorar o letramento?

São muitas as dificuldades nesse sentido, já que a concorrência é muito forte. Sem falar na má vontade em se envolver com livros, revistas e jornais e, a esses, juntam-se o lápis e o papel, temos um concorrente fortíssimo: o celular. Conectado ou não à internet, com seus jogos e aplicativos, podendo ser levado para qualquer lugar (ate o banheiro), quase nada se pode fazer para afastá-lo do indivíduo. Contudo, a criança, sobretudo ela, bem orientada poderia muito bem substituir o lápis e o papel pelo celular, pela internet, o que seria mais prático e com melhor uso da tecnologia e do seu tempo.

Olha que nem o videogame nem o computador foram citados... Claro que as condições sócio econômicas de grande parte da população dificultam o acesso ao uso da tecnologia e essas mesmas condições, aliadas à falta de bibliotecas e livrarias públicas bem equipadas e em número suficiente para atender a demanda, vedam o acesso a livros, jornais e revistas.

Como o número de bibliotecas públicas é muito pequeno e o material impresso tem o custo elevado, torna-se quase impossível tornar-se letrado e as campanhas pro-alfabetização perdem força e terminam por fracassar.

Alguns estudos indicam que as crianças têm maior poder de assimilação que os adultos. Elas reinventam as brincadeiras, copiam os adultos e associam palavras a coisas e objetos (em uma casa em que se dizia: vamos comprar mortadela, uma garotinha dizia que queria “mota da mulher”).

Sendo assim, é melhor aproveitar o poder de assimilação das crianças na fase escolar inicial e condicioná-las a praticarem a leitura e a escrita, dando-lhes condições para que isso efetivamente ocorra. Nesse contexto, SOARES tem a seguinte colocação:

> Contentam-se em ensinar a ler e escrever; deveriam, em seguida, criar condições para que os alfabetizados passassem a ficar imersos em um ambiente de letramento, para que pudessem entrar em um mundo letrado, no qual tenham acesso a leitura e a escrita, e acesso aos livros, revistas e jornais; tenham acesso às livrarias e bibliotecas, vivam em tais condições sociais e que se tornem atraídas pela a leitura e a escrita, tornando-se uma necessidade e uma forma de lazer. (SOARES 2001 pg.55).

Quando os jornais noticiam a preocupação com altos níveis de “analfabetismo” em países como os Estados Unidos, a Franca, a Inglaterra, é surpreendente porque, como podem ter altos níveis de analfabetismo naqueles países se a escolaridade básica é realmente obrigatória e, portanto, praticamente toda a população conclui o ensino fundamental (que , nos países citados, tem duração maior que o ensino fundamental no Brasil – 10 anos nos Estados Unidos e na França e 9 anos na Inglaterra). É que, quando a nossa mídia traduz para o português a preocupação desses países traduz iliteracy (inglês) e ilitrisme (francês) por analfabetismo.

Na verdade, não existe analfabetismo nesses países, já que o número de pessoas que não sabem ler ou escrever aproxima se de zero; a preocupação não é com os níveis de analfabetismo, mas, com as dificuldades que os adultos e jovens revelam para fazer uso adequado do processo de ler e escrever.

No Brasil, o analfabetismo está longe de se aproximar do zero, tendo em vista a precariedade da estrutura educacional e das políticas públicas competentes. Sem levar em conta outros fatores, já que seria injusto comparar a mentalidade política do Brasil com as dos países citados anteriormente, só o fato de o ensino fundamental ser obrigatório demonstra porque o nível de desenvolvimento deles está bem acima do que é festejado aqui no Brasil.

As dificuldades que aqueles países encontram em relação ao letramento, provavelmente não são da mesma ordem das que são encontradas aqui, como enumeradas acima.

Possivelmente não confundem os dois processos como ocorre no ensino brasileiro, como a descrição feita por Soares: Percebe-se que as crianças estão sendo letradas e não alfabetizas, dando à alfabetização uma conotação de autonomia, independente e anterior ao letramento (Soares, 2003, p. 11).

Ao pinçar a palavra “literacy” da língua inglesa e incluí-la no vocabulário da língua portuguesa brasileira como letramento, depois de traduzida, armou-se uma tremenda confusão. Primeiramente por não se conse-

guir chegar a uma definição exata da palavra que identificasse seu uso e prática no processo de ensino/aprendizagem (são várias as especulações); além disso, em razão a interdependências e à similaridade entre alfabetização e letramento, está ocorrendo certo conflito entre uma prática e outra; e, por último, como diz Soares (2003, p. 11), as crianças estão sendo letradas e não alfabetizadas.

Está havendo uma inversão na ordem natural da escolarização já que o indivíduo não conseguirá exercitar a cidadania pelo letramento sem que tenha se apropriado do sistema de alfabetização. Ler o que escreve e transformar em escrita o seu pensamento, o seu raciocínio, é o princípio básico da alfabetização. E partindo desse princípio que se fará uso do letramento para que, com o hábito da leitura e da escrita constantes (processos básicos do letramento), possa ordenar e dar lógica aos seus pensamentos e entender o raciocínio do que se lê e escreve.

No curso desta linha de raciocínio depreende-se que o letramento é o aperfeiçoamento do que se aprendeu no primeiro ciclo da escolarização, que é a alfabetização. Esse ciclo, que corresponde aos três primeiros anos do ensino fundamental, é o ciclo da alfabetização, e destina-se a fazer que a criança se aproprie e tenha domínio da escrita e da leitura. É a fase que a criança aprenderá que 1+1 é igual a dois; que o nome da letra b é "bê"; que b+a e se lê ba; etc.

Dando prosseguimento ao raciocínio, na inversão da ordem da escolarização, ao ministrar letramento no primeiro ciclo escolar, em razão ao que ele se propõe, estaria partindo do princípio de que a criança estava aperfeiçoando o que tinha aprendido!

Aperfeiçoar o que? Ela não aprendeu os nomes das letras do alfabeto e, muito menos, a juntá-las para formar sílabas! Talvez este comentário esteja mais para inversão da inversão. Quem sabe, quando José de Alencar (falecido em 1877), entre outros, escreveu o romance Iracema, anagrama de América, não teria se apropriado do letramento em detrimento da alfabetização?

Desde o período de colonização do Brasil, a alfabetização sempre esteve presente, tanto no advento do descobrimento quanto, principalmente, na instalação da família real em terras brasileiras. Daquela época para cá, muitas alterações foram feitas na metodologia do ensino/aprendizagem, no intuito de evoluir, modernizar e melhorar a alfabetização.

Olhando por esse ângulo, é bem antigo o processo para a apropriação da leitura, da escrita e do saber aqui no Brasil.

Por outro lado, o letramento é um processo recente, incluso na grade curricular com a finalidade de dar seguimento e aprimorar o que foi aprendido na alfabetização. Como não foi introduzido progressivamente tem causado indefinições entre os educadores quanto às duas práticas: alfabetizar e letrar.

As modificações a título de evolução, as propostas para toda Rede Oficial de

Ensino do País têm profundas sequelas no processo de aprendizagem, sejam pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, quase sempre não cumpridos integralmente, sejam pelas próprias modificações nos currículos. Dentre as modificações propostas estão a promoção automática ou progressão continuada e a retenção de alunos (reprovação). Quando, como e porque usá-las? O papel e o dever da escola é garantir o aprendizado da leitura e da escrita. Como se sabe, o primeiro ciclo escolar está restrito aos três primeiros anos do ensino fundamental.

Qual a explicação para que boa parte dos alunos conclua esse ciclo sem ter aprendido a ler e a escrever, não alfabetizadas? Tem-se a impressão de que, cada vez que tentam atualizar a escolarização, maior é o retrocesso no tempo. Pior: os educadores parecem ficar agarrados às modernizações, os alunos à revelia do ensino e o ensino cada vez menos confiável.

Vários são os fatores que interferem severamente para que o ensino brasileiro não tenha consistência sólida para manter o nível de escolaridade necessário aos alunos, fazendo com que eles avancem, etapa por etapa, tendo um aprendizado adequado e sem falhas.

Esses fatores, só para citar alguns, vão desde as Políticas Públicas para Educação, passam pela organização escolar e sua estrutura, indo até à falta de responsabilidade do professor para com o aluno, o que redunda em tremendo fracasso escolar.

Ao discutirem a historia da escrita, comentam que os primeiros registros escritos foram inventados antes, para, depois, terem conotação linguística; sua função era o registro visual da forma como aprendiam e interpretavam a realidade. O símbolo escrito não teve sua origem, assim, na palavra, como uma tradução, mas sim nos aspectos visuais do mundo e, por meio dele, as primeiras sociedades que se estruturaram em torno do visual.

A escrita desenvolveu-se de variadas formas, num processo gradual de ressignificação da realidade, e esse fato demandou um processo que levou a escrita a relacionar-se de forma mais próxima com o oral: primeiramente como suporte para as narrativas orais e, só posteriormente, sofreu uma transformação de fonetização, determinado pela necessidade de resolução de ambiguidade nos registros gráficos e de significação de palavras e de sons impossíveis de serem transformados em imagens.

Nesse processo inicial, a escrita tam-

bém não funcionava como palavra. Assim, podemos dizer, em consonância com os autores, que a escrita, desde sua origem, mostrou-se uma estrutura autônoma e, apenas no decorrer dos séculos, é que foi preenchida com a palavra. Nesse sentido,

> Dizer que as sociedades sem escrita e os analfabetos estão do lado do mito e que na escrita e a vida da racionalidade e restringir seriamente a palavra e a escrita (...) e por se reduzir a escrita no seu sentido escrito de notação linear e fonética que se opera essa dicotomia um pouco simplicista; seria possível dizer que a escrita pode ser dotada da mesma intensidade do imaginário que a palavra de um povo sem escrita (Barthes; marty, 1987, p.53).

A escrita, tal como a conhecemos hoje, desenvolveu-se por necessidades econômicas e administrativas e foi uma forma de demonstrar poder politico e religioso; democratizá-la e utilizá-la passa a ter assim, uma função ideológica de manutenção de "poderes". Remetemo-nos, novamente, a Barthes e Marty (1987), que tão claramente demonstraram que as diferença entre sociedade letrada (ou agrafas) são de outra natureza, e, portanto, merecem ser tratadas de forma mais aprofundada.

Práticas Pedagógicas que conciliam alfabetização e letramento Um ponto primordial ao se tratar de prática pedagógica é reconhecer que os alunos já possuem conhecimentos prévios, assim, é importante que os professores façam um diagnóstico do conhecimento de seus alunos, para saberem deem que devem partir e planejar suas atividades. Partindo da prática social, o conteúdo terá sentido para os alunos, que irão construindo conhecimentos gradativamente e desenvolvendo uma atitude transformadora da sociedade, já que ele perceberá que conhecimento científico faz parte da sua vida e pode contribuir para melhorá-la.

Subjacente a estas proposições, estão as duas principais dimensões que se referem ao letramento: a dimensão individual e a dimensão social. Na dimensão individual o letramento é visto como um atributo do indivíduo, um conjunto de habilidades as quais ele lança mão. Desta forma, é "simples posse individual das tecnologias mentais complementares." (Wagner apud Soares, 2006, p.66).

Ensinar a língua escrita deve ser feito por meio dos textos que são representativos das atividades comunicativas dos indivíduos, os gêneros. Desta forma, aprender torna-se algo significativo e necessário uma vez estão aprendendo vivenciando a língua em uso. Não há como viver num mundo grafocêntrico como o nosso e aprender com "textos" desprovidos de sentido e distantes da realidade. Por isso, as atividades que visam à mecânica do sistema alfabético precisam acontecer paralelamente com aquelas que visam o letramento.

É considerado alfabetizado aquele que aprendeu o sistema convencional de uma escrita alfabética e ortográfica, ou seja, adquiriu a natureza linguística deste objeto, sendo, portanto, capaz. Já o letrado é "não só aquele que sabe, mas aquele que usa socialmente o processo, mantendo a mesmo como prática habitual, correspondendo adequadamente às demandas sociais de leitura e escrita." (Soares, op. cit, p.40). Entretanto, sabe-se que o fenômeno do letramento é complexo, já que abrange uma gama de conhecimentos, capacidades, valores, usos e funções sociais, sendo desta forma, difícil defini-lo e, sobretudo, avaliá-lo.

Subjacente a estas proposições, estão as duas principais dimensões que se referem ao letramento: a dimensão individual e a dimensão social. Na dimensão individual o letramento é visto como um atributo do indivíduo, um conjunto de habilidades as quais ele lança mão para ler e escrever. Desta forma, é "simples posse individual das tecnologias mentais complementares de ler e escrever" (Wagner apud Soares, 2006, p.66).

Ainda para Soares (2006), na dimensão social do letramento, encontramos interpretações conflitantes sobre as quais ele pode ser compreendido. Existe, assim, a versão fraca ou liberal e a versão forte ou revolucionária.

Compreende-se, diante desta discussão, que letramento é um fenômeno que envolve saberes que estão presentes nos contextos sociais. O fato de o indivíduo ser analfabeto, não significa que ele não utilize práticas subjacentes à leitura e à escrita. Segundo Soares (2008), um adulto analfabeto ao ditar uma carta ou ao pedir que alguém leia uma carta para ele, conhece as funções, as convenções e as estruturas textuais próprias da alfabetização. Este indivíduo não é alfabetizado, mas possui um nível de letramento capaz de atender a sua demanda, no seu contexto social.

O que irá diferenciar no seu grau de conhecimento do processo, é o ambiente social de sua vivência, já que o nível social, econômico e cultural da população está diretamente relacionado com o processo. A conclusão desta constatação é a valorização da escola como principal agência de letramento e como fator decisivo na promoção do mesmo.

Segundo seu entendimento, Soares

(2008) diz: para entrar no mundo letrado é preciso que haja, primeiramente, escolarização real e efetiva da população e, em segundo lugar, deveria haver disponibilidade de material de leitura, ou seja, ter acesso a livros, revistas, jornais, livrarias e bibliotecas.

Portanto, na atualidade, não basta dar aos indivíduos acesso ao sistema linguístico, é preciso ir além: letrar, e isto são feito em consonância com propostas pedagógicas que levem em conta os diferentes textos que circulam na sociedade, com procedimentos metodológicos definidos e adequados. Precisamos partir de um dos pressupostos essenciais de Bakhtin para o trabalho com a língua materna: a compreensão de que a língua é um processo enunciativo discursivo. Entretanto, fazse necessário situar as duas principais correntes da linguística do séc. XIX, o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato, às quais Bakhtin/Volochinov (2004) empreende uma crítica por considerar que essas teorias não trabalham a língua como um fenômeno social. Para Bakhtin (2003, p.261):

A língua "efetua-se em forma de enunciados concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana". Desta forma, compreende-se que em nossa vida diária, em nossas interações, utilizamos enunciados, isto é, sentidos completos destinados a alguém, em determinado momento social e histórico. (BAKHTIN 2003, p.261).

A primeira tendência, o subjetivismo idealista, isola a linguagem como um ato de fala, monológico, ou seja, é pura criação do indivíduo, expressão do eu. A língua é vista como um produto acabado, um depósito inerte, independente de qualquer contexto histórico e social. Segundo o autor, a língua vista desta forma constitui um fluxo ininterrupto de atos de fala, segundo a qual nada permanece estável, nada conserva sua identidade.

Já a segunda perspectiva criticada por Bakhtin/Volochinov (2004) é o objetivismo abstrato. Esta considera a língua como um sistema de formas linguísticas, imutável e homogêneo, portanto, passível de ser analisado. A principal função da linguagem, nesta concepção, é servir de instrumento para a comunicação.

Assim, a língua é vista meramente como um código. Nesse sentido,

Bakhtin/Volochinov (op. cit., p.95) afirma que na verdade:

[...] não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. (op. cit., p.95)

Segundo Cagliari (1991): "O grande equívoco da escola é ensinar o português a falantes nativos como se fosse uma língua estrangeira. O objetivo do ensino da língua materna deve ser o de mostrar quais são seus usos e suas modalidades". Isso significa que os enunciados são citados pelos seres humanos em conformidade com os diferentes campos de atividades existentes, com os diversos domínios discursivos pelos quais transitamos. Os gêneros do discurso são produzidos nessas esferas ou instâncias comunicativas como: jurídica, jornalística, religiosa, publicitária, de saúde, comercial etc. Considerando os gêneros como representativos destas várias atividades de comunicação entre os indivíduos, ressaltamos sua infinidade e sua diversidade. A este respeito, Bakhtin (2003, p.262) ressalta:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. , (Bakhtin 2003, p.262).

Pautando-se na abordagem dos gêneros discursivos, Kleiman (2010) afirma que é preciso "ensinar o letramento". Disso decorre a noção de que é preciso desenvolver e ensinar as habilidades e competências decorrentes do letramento, os alunos lerem e compreenderem os diferentes gêneros que circulam não só na escola, mas na sociedade de um modo geral.

O educador ao ler, por exemplo, uma notícia no jornal para seus alunos, precisa discutir o título, destacar que se trata de um acontecimento ocorrido em determinado lugar, com determinados sujeitos, buscar a fonte, observar as fotos, o autor da notícia.

Enfim, envolvê-los em capacidades de leitores competentes fazem uso ao acessar os vários gêneros, mas que a maioria das crianças vindas de famílias com pouco contato com materiais escritos, ainda não desenvolveram. São essas e outras habilidades que se encontram subjacentes aos usos sociais da leitura e da escrita que merecem ser tratadas, ou seja, "ensinadas na sala de aula.". Mas ampliar a competência discursiva significa dominar diferentes gêneros textuais. Para Bakhtin:

Quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos

neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso. (Bakhtin, 2003, p. 285).

Em seus estudos, Vigotski (2007) mostra-nos quão importante e quanto significa a aquisição desse complexo sistema de signos que é a linguagem escrita. Para o autor, esta representa um novo salto no conhecimento da criança e provoca grandes mudanças em seus processos cognitivos. Estas mudanças constituem-se em elementos importantes para as funções mentais superiores, já que possibilita o acesso a um plano mais abstrato, o pensamento simbólico, que não tinha antes.

No entanto, este mundo simbólico, propiciado pela aquisição da linguagem, não nos é dado como algo pronto e acabado, mas nos apropriamos dele devido às relações sociais que estabelecemos com o outro. Toda a significação passa necessariamente pelo outro, ou seja, todo conhecimento é mediado, quer pelo outro, quer pelos sistemas semióticos, quer pelos instrumentos.

Para Vigotski (op. cit.), nós nos tornamos nós mesmos por meio do outro. Desta forma, percebe-se que a cultura é elemento essencial para o autor, já que é por meio dela que ocorre a evolução do ser humano. É somente por meio dela que o ser (biológico) se constitui em sujeito histórico e social. Sem o convívio com outras pessoas apresentaremos somente funções elementares típicas dos animais. Um ponto importante que é destacado por Vigotski (op. cit) é de que a escrita deve ser ensinada naturalmente. Nesse sentido, o autor contrapõe-se a um trabalho com a escrita pautado em uma habilidade motora, o ensino deve levar em conta que a escrita é uma atividade cultural complexa. Segundo o autor:

[...] a escrita deve ter significado para as crianças, que uma necessidade intrínseca deve ser despertada nelas e a escrita deve ser incorporada a uma tarefa necessária e relevante para a vida. [...] Só então poderemos nos certificar que haverá o desenvolvimento não só do hábito de mãos e dedos, mas como uma forma nova e complexa de linguagem. (Vigotski, 2007, p. 144).

A construção da linguagem torna-se assim artificial e marcado por estereótipos, crenças e valores que não ajudam a integração dos alunos no mundo letrado. Vigotski (2007) empreende uma crítica com relação a essa concepção mecanicista de trabalho com a linguagem escrita, afirmando que:

[...] a escrita ocupou um lugar muito estreito na prática escolar, em relação ao papel fundamental que ela desempenha no desenvolvimento cultural da criança. Ensina-se a desenhar letras e construir palavras com elas, mas não se ensina a linguagem escrita. Enfatiza-se de tal forma a mecânica de ler o que está escrito que se acaba obscurecendo a linguagem escrita como tal (Vigotski, op. cit, p. 125).

Desta forma, aprender torna-se algo significativo e necessário, uma vez que os alunos estão aprendendo e vivenciando a língua em uso. Não há como viver num mundo grafocêntrico como o nosso e aprender com "textos" desprovidos de sentido e distantes da realidade.

Por isso, as atividades que visam à mecânica do alfabeto precisam acontecer paralelamente com aquelas que visam o letramento. Neste contexto, como em todo o contexto escolar, a presença do educador é determinante para assegurar o envolvimento dos alunos, incentivando-os a se tornarem leitores e escritores de fato. Cabe a ele, importar para a sala de aula as práticas sociais exigidas pelo letramento.

Conforme afirmam Gouveia e Orenszteijn (2006), a leitura compartilhada tem sido uma das estratégias mais eficientes para favorecer o letramento. Além disso, contribui para ampliar seu entendimento e instigar o gosto por outras leituras, compreender o funcionamento comunicativo da escrita, compreender a relação fala escrita, conhecer a especificidade entre os diferentes tipos de texto, entre outras possibilidades.

Nesse sentido, a articulação entre literatura infantil e letramento é apontada como uma ação necessária. O objetivo da pesquisa proposta é explorar tal relação, ressaltando a necessidade de se incluir alfabetização em contextos de letramento. Para tanto, o estudo terá como foco a literatura infantil, os usos que dela se tem feito e quais os caminhos mais apropriados para que, por meio dela, ocorra o favorecimento do letramento.

Kleimam (2000) critica uma concepção utilizada com frequência no trabalho com a leitura, a de que o texto é um deposito de informações, veiculadas pelas palavras cujo leitor busca o sentido das palavras, uma a uma para chegar cumulativamente á mensagem. Essa atitude contribui para produzir um leitor passivo e acomodado sendo incapaz de chegar ao real significado do texto, uma vez que, as partes são fragmentas. Existe ainda a leitura decodificada a qual, possui explicitamente a resposta de uma pergunta ou comentário, já que o leitor precisa apenas um passar de olho pelo texto para localizá-la. Costa ressalta que:

A linguagem não funciona dessa maneira isolada: ela é associativa, uma rede de sentidos. Erra, mais ainda, o professor ao deixar de investigar com maior profundidade o pensamento expresso no texto. Em lugar desse questionamento, o professor transfere ao aluno a possibilidade de opinar, sem que o estudante tenha sequer compreendido o texto, já está o professor a perguntar-lhe a opinião. O posicionamento critica a concordância ou discordância com o autor. (Costa, 2003, p.4).

É importante que a criança seja levada a posicionar-se criticamente diante do texto, ou seja, aprenda analisar a intenção do autor e suas ideias, confrontando as mesmas com suas próprias, construindo dessa forma novos conhecimentos.

Nesse sentido, Abaurre, citado por Costa, afirma:

Se o objetivo do trabalho com a leitura de textos é a constituição de leitores com uma gama variada de conduzir a, de leitores capazes de ler para informar; para estudar e entender a visão do autor; para compará-lo com o de outros autores; para buscar e construir novos conhecimentos; para fruir, apreciar e refletir sobre o conteúdo, a estrutura textual ou os recursos de linguagem utilizados; para relacionar o texto lido com outros; para criticar aspectos do texto ou da realidade nele inserida; e etc, o aluno deve ser exposto a textos reais (e não artificialmente construídos, para enfatizarem um aspecto de ordem (gramatical "ou temático".) (Abaurre, 1998, p.5-26 apud Costa, 2003, p.5).

Destacamos, com base no exposto, que a leitura não pode ser exercida sobre textos construídos apenas com finalidade de servir como atividades de exercício de língua, ou seja, fragmentada sem coerência e sem sentido que nada dizem ao imaginário infantil, assim entende-se que a leitura na alfabetização implica na seleção criteriosa e variada de textos a serem trabalhada em sala de aula, tendo como eixo norteador a literatura infantil uma vez que essa concepção lúdica faz parte do universo infantil.

A literatura infantil incentiva à curiosidade da criança e, em consequência, a auxilia a entrar no reino das palavras e sua representação escrita. Conforme Maia (2011), "[...] a literatura possibilita à criança uma apropriação lúdica do real, a convivência com a ficção, a descoberta do prazer proporcionado pelo texto literário e a apreensão do potencial linguístico que esse texto expressa" (Maia, apud Chaves, 2011, p.76).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura e a escrita devem ser entendidas como prática de um sujeito agindo sobre o mundo para transformá-lo, afirmando, dessa forma, sua liberdade e fugindo da alienação. Observa-se o domínio dos usos e funções sociais da leitura e da escrita para aproximar o aprendiz da cultura escrita. Nessa concepção, os educadores precisam planejar a melhor forma para tratar a notação alfabética e a apropriação da linguagem dos gêneros textuais com as crianças. Os gêneros são excelentes ferramentas de ensino, apresentando-se como um meio de articulação entre as práticas sociais e os objetos escolares, mais particularmente no ensino da produção de textos orais e escritos.

Nesse sentido, há que se refletir sobre o processo, o conceito, as práticas e a finalidade do letramento. Sem colocar em dúvida as análises feitas por alguns autores e, também, o inestimável valor do letramento como ferramenta de aprendizagem do conhecimento, tanto geral quanto específico, quando se afirma que um indivíduo analfabeto ao ditar uma carta ou pedir para que alguém leia uma carta para ele não é alfabetizado, mas é letrado, deixa o raciocínio desconexo.

Seguindo essa mesma analogia, o indivíduo adulto analfabeto, no decorrer da sua vida, acumulou bastante conhecimento devido às experiências vividas por ele ao longo dela. Assim, ao ditar uma carta ele sabe o que ele quer transmitir; a mesma coisa quando alguém lê uma carta para ele: vai entender o que lhe foi comunicado. Fica por aí. Seus conhecimentos lhe darão subsídios para sobreviver no seu ambiente. E só. Ao alfabetizado, que também acumulará experiências de vida, será concedida a ampliação do seu entendimento do seu espaço social.

Já ao letrado, além de acumular conhecimentos e experiências, conhecerá o mundo e o infinito por meio da leitura e da escrita. A problemática do ensino brasileiro consiste da sua má qualidade no geral, mas, no que tange a alfabetização, o problema é ainda mais grave

A Constituição Federal Brasileira de 1988 professa que "educação é um direito de todos e um dever do estado". Infelizmente, pelo que se percebe, os responsáveis pela Rede Oficial de Ensino não a leram. Ou então, pulou este texto, tamanha é a falta de respeito para com ela e com a sociedade. O que não é de se admirar, partindo de alguns políticos que se apoderam de seus cargos para usurparem os direitos sociais, cortando verbas para a educação, saúde, segurança, etc. Como aquele que deu uma "banana para os brasileiros", ou aquela ministra que disse que "o povo é um detalhe", sem se esquecer do outro ministro, que, questionado por usar carro oficial para levar sua cachorra ao pet

shop, disse, em péssimo português: "cachorro também é gente". É sob o poder político de pessoas dessa estirpe que a educação está subordinada. Na verdade, não só a educação.

O uso do livro de literatura infantil faz com que a criança tenha prazer em aprender, assim o mesmo deve ser contemplado em sala de aula, e em todo o contexto social da criança, cabendo à escola estimular o gosto pela leitura e escrita durante todo o período de escolarização da criança. Existem muitas possibilidades de se enriquecer a prática de narração de histórias, para tanto, é fundamental que o professor realize um trabalho planejado e intencional, fazendo com o que a criança adentre ao mundo do letramento de maneira significativa, e estimulando-a a ler e a escrever. É importante salientar que o uso do livro de literatura infantil não pode ser desvinculado do processo pedagógico não devendo ser utilizado apenas como passatempo, cabendo ao professor fazer o uso adequado do mesmo.

Cabe à escola aproximar a criança do mundo da literatura infantil, portanto é fundamental que haja uma intenção na prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

ANA CLAUDIA. B.L.KATHRYN. M. P. Letramento e Minorias, 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

Antonio Augusto G. B. Ana Maria O. G. Leitura: Práticas, Impressos Letramentos, 2ª ed. – Belo Horizonte: Autentica. 2002.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail /VOLOCHINOV. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 2004.

CAGLIARI, Luis Carlos. Alfabetização & Linguística. São Paulo: Scipione, 1991.

FERRARO (FERRARI), Alceu R. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? Educação e Sociedade, São Paulo, v.23, n.81, p.21-47, dez. 2002.

FRANCHI, Eglê, Pedagogia do alfabetizar letrando: da oralidade á escrita. 9ª ed. São Paulo: Cortez 2012.

FREIRE, P. A Importância do ato de ler, 23 ed. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

_____. Educação e mudança, 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

_____. Pedagogia da autonomia, 35 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

MORAIS, A. G.; LEITE, T.S. Como promover o desenvolvimento das habilidades de reflexão fonológica dos alfabetizando? In MORAIS, A.; ALBUQUERQUE, E. E LEAL, T. Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005, pp. 71-88.

MORAIS, A. G. Se a escrita alfabética é um sistema notacional (e não um código), que implicações isto tem para a alfabetização? Em MORAIS, A.; ALBUQUERQUE, E. E LEAL, T. Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005 a, pp. 29-45.

SALLA, Fernanda. O que afeta a criança. Revista Nova Escola. Ano XXVI. Nº246.Outubro de 2011.

SOARES, Magda Becker, (1998). Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica.

_____ (2003). Alfabetização: a ressignificação do conceito. Alfabetização e Cidadania, nº 16, p 9-17, jul.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: Letramento no Brasil, reflexões a partir do INAF 2001 (org.) Vera Massagão Ribeiro – 2ª Ed. – São Paulo, Global, 2004.

_____. Alfabetização e Letramento. 5ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2 ed. Belo Horizonte:

Autêntica, 2006.

TFOUNI, L.V. Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. A formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.